

Sonae Financial Services, SA

Sede: Lugar do Espido, Via Norte

Maia

Capital Social 5.500.000 euros

Matriculada na Conservatória Registo Comercial sob o número único de
matrícula e identificação fiscal 513 102 248

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. Introdução

O ano de 2017 foi uma vez mais marcado pelo crescimento acelerado da base de clientes de Cartão Universo e da produção, avaliada em número e valor das transações processadas. Com efeito, 2017 permitiu à Sonae Financial Services, S.A. (“Sonae Financial Services” ou “SFS” - Instituição de Moeda Eletrónica, inscrita junto do Banco de Portugal sob o número 7500), aumentar a sua base de negócio e produção em mais de 192 mil novos clientes e em mais de 170 milhões de euros, totalizando, respetivamente, 605 mil e 580 milhões de euros no final de dezembro.

O Cartão Universo é um cartão de pagamento a crédito ou a débito, que faculta o acesso aos programas de fidelização das mais relevantes insígnias do grupo Sonae, em especial o do Continente, da Worten e da Sport Zone. A associação do Cartão Universo ao programa de Fidelização do Continente permite que os clientes do Cartão Universo beneficiem de 1% de desconto em todas as compras (excluindo as efetuadas com modalidades de pagamento fracionadas, sem juros) em qualquer estabelecimento comercial aderente à rede MasterCard, em Portugal ou no estrangeiro, e ainda de descontos até 16 cêntimos por litro no âmbito da parceria existente com a Galp.

Entre as várias funcionalidades inovadoras que o Cartão Universo introduziu em Portugal, destaca-se a possibilidade de fracionamento nos pontos de venda (POS), podendo os clientes escolher modalidades de fim-de-mês ou fracionar em 3, 6 ou 12 vezes sempre que efetuar uma compra ou um levantamento de fundos. Proporcionar aos clientes acesso a modalidades de pagamento adequadas ao seu orçamento familiar é uma das marcas distintivas da oferta da SFS e do Cartão Universo.

O Cartão Universo foi desenvolvido em conjunto com a MasterCard Payment Transaction Services S.A. (anteriormente designada por Trevica), assente numa tecnológica *state-of-the-art*, cuja robustez e escalabilidade possibilitou a introdução em Portugal de soluções inovadoras e distintivas para benefício dos consumidores. Destacamos, de novo, o fracionamento de pagamentos em POS e o acesso a modalidades especiais de pagamento nas lojas das marcas Continente, Worten e SportZone.

Esta infraestrutura permite a disponibilização futura de serviços em plataformas digitais que proporcionarão aos clientes total domínio da sua relação com o Cartão Universo e a utilização desta plataforma de pagamento por todos os membros da família.

A criação do Cartão Universo integra-se na política de inovação da Sonae, que procura antecipar e satisfazer as necessidades dos clientes, e enquadra-se na missão da Sonae de levar os benefícios do progresso e da inovação a um número crescente de famílias.

O modelo de negócio da Sonae FS para o Cartão Universo, assente na parceria com o Banco BNP PF, concedente e gestor das linhas de crédito associadas às contas de pagamento a crédito abertas pelos clientes junto da SFS, tem-se revelado um sucesso, permitindo ao BNP PF expandir a sua exposição ao crédito ao consumo em Portugal e à SFS o estabelecimento de uma relação, em nome próprio, mas sem risco de crédito, com os clientes Universo.

2. Contexto Macroeconómico

Pela primeira vez desde a crise financeira internacional, o crescimento da economia mundial superou as expectativas um pouco por todo o mundo. Depois de registar em 2016 a pior performance desde a recessão, o crescimento global acelerou para +3,7% em 2017, o ritmo mais elevado desde 2011.

Globalmente, 2017 ficou marcado por uma recuperação sincronizada nas economias avançadas e emergentes, em particular com a Zona Euro e o Japão a juntarem-se ao ciclo positivo de crescimento económico. O aumento do dinamismo refletiu a forte confiança empresarial e a solidez do consumo privado, que resultaram num aumento das despesas em capital o que, por sua vez, conduziu a novos ganhos no emprego e nos salários.

Acresce que, e contrariamente ao que era esperado, o ano foi marcado por uma relativa estabilidade, já que os maiores riscos geopolíticos não se materializaram: os principais movimentos nacionalistas não conseguiram conquistar o poder na Zona Euro, a Coreia do Norte prosseguiu com as suas provocações, mas os efeitos nos mercados financeiros foram de curta duração e os impactos económicos da administração Trump foram limitados.

Nos Estados Unidos, a atividade ganhou ritmo na segunda metade do ano, à medida que os efeitos da apreciação do dólar e dos movimentos no preço do petróleo se foram dissipando. A expansão tornou-se cada vez mais abrangente, no entanto, a procura doméstica constituiu o principal impulso, à medida que o aumento da confiança empresarial, o nível muito baixo de desemprego e os ganhos salariais continuaram a suportar o consumo privado e o investimento. Globalmente, a economia cresceu em linha com as expectativas, com a taxa de crescimento do PIB a acelerar de 1,5% em 2016 para 2,3%.

A Zona Euro constituiu a principal surpresa positiva, com o crescimento do PIB a alcançar os +2,4% em 2017. A atividade continuou suportada em fundamentos sólidos, nomeadamente a criação robusta de emprego, mercados de exportação em crescimento, preços do petróleo relativamente baixos, política monetária acomodatória, melhoria das condições de financiamento e inflação subjacente contida. Acresce que, pela primeira vez desde 2011, todos os dezanove países membros registaram simultaneamente uma expansão do PIB.

Finalmente, a performance económica nos mercados emergentes também se consolidou. A China gozou de relativa estabilidade, com o crescimento a registar um nível semelhante ao de 2016 (+6,8%), enquanto a atividade no Brasil, na Argentina e na Rússia voltou finalmente a terreno positivo (+1,1%, +2,4%, +1,8%, respetivamente).

Em Portugal, a retoma ganhou finalmente força, o PIB atingiu a taxa mais elevada de crescimento desde 2000 (+2,6%). A economia continuou a registar um superavit corrente e o défice público ficou abaixo do limite de 1,4%. Neste contexto, o sentimento de mercado em relação a Portugal melhorou substancialmente e os spreads da dívida soberana registaram uma forte queda.

Este dinamismo acrescido, que refletiu uma melhoria generalizada tanto das condições internas como externas, foi estimulado pela forte recuperação do investimento e das exportações, a par do crescimento continuado do consumo privado. No que respeita ao mercado de trabalho, a criação de emprego registou um crescimento mais forte do que o PIB, o que levou a uma forte queda do desemprego (8,9% contra 11,1% em 2016).

Além disso, a recuperação económica continuou marcada pelo forte ciclo do turismo. De facto, o sector continua em forte expansão impulsionado por ganhos de competitividade

e pelo aumento da insegurança em alguns destinos concorrentes, com os não residentes a contribuírem não apenas para o aumento das receitas dos hotéis e restaurantes (+16,5% e +11,2%), mas também a suportarem a retoma da construção relacionada com o turismo.

Neste contexto, o consumo privado em termos nominais (+3,4%) registou um crescimento superior ao do rendimento disponível. Isto foi sustentado pelo excecional nível de confiança dos consumidores, que alcançou o nível mais elevado em cerca de 20 anos, num contexto de políticas governamentais expansivas aliadas ao forte efeito riqueza, que permitiu uma queda sem precedentes da taxa de poupança (+4,4% de +6,0% em 2016).

A despesa em bens duradouros permaneceu particularmente dinâmica, mas evidenciando uma clara desaceleração liderada pelas vendas de automóveis (+7,1%) que já regressaram aos níveis pré-crise, enquanto a eletrónica (+6,4%) beneficiou da recuperação do sector residencial. Em oposição, os gastos em bens não duradouros ganharam ímpeto, o que se refletiu na recuperação das vendas a retalho (+5,5%), nomeadamente nas categorias não alimentares (+4,7%), tais como vestuário (+3,8%). No que respeita ao retalho alimentar (+4,1%), as vendas permaneceram sólidas, beneficiando do aumento de preços no sector (+1,5%).

Perspetivas para 2018

Em 2018, espera-se que o crescimento global acelere para +3,9%, apoiado por uma sincronização mais forte da atividade nos países avançados e emergentes. A economia deverá permanecer suportada pelos atuais motores de crescimento, nomeadamente a forte criação de emprego, combinada com novos impulsos, tais como a retoma do comércio internacional e a recuperação do investimento empresarial. Além disso, as perspetivas para os exportadores de *commodities* são também mais positivas, pois é expectável que o preço deste recurso continue a tendência positiva iniciada no ano passado.

Os novos impulsos deverão mais do que compensar as forças restritivas que também se farão sentir, nomeadamente a normalização da política monetária. Não obstante, os riscos permanecem globalmente negativos, sobretudo relacionados com o aperto das condições financeiras, a recuperação da inflação, o abrandamento económico na China ou a escalada das tensões geopolíticas.

Em Portugal o cenário de curto prazo tornou-se significativamente mais sólido. O crescimento do PIB deverá desacelerar ligeiramente para +2,2%, enquanto a economia continua a realizar uma mudança gradual orientada para um modelo de crescimento mais sustentável, suportado por exportações dinâmicas e pela recuperação do investimento, num enquadramento global favorável.

O crescimento do consumo privado em termos reais permanecerá robusto em torno de +2% em 2018 em linha com a evolução do rendimento disponível. Com a taxa de poupança mantendo-se em níveis historicamente baixos, a despesa deverá ser suportada pela criação ainda sólida de emprego num contexto de ganhos salariais moderados.

3. A Sonae Financial Services, SA

A Sonae Financial Services, SA é uma entidade registada junto do Banco de Portugal como instituição de moeda eletrónica, estando, nessa qualidade, sujeita à observância de um conjunto de requisitos prudenciais. Nos termos da licença outorgada à SFS, esta deverá assegurar fundos próprios superiores a 10% das despesas gerais fixas anuais.

Com este enquadramento de atividade, e com o intuito de suportar a estabilização da atividade operacional e respetivos desenvolvimentos, foram realizadas operações de chamada de fundos, em 2017, junto do acionista único, no valor de 3.000.000€, divididos da seguinte forma:

- Aumento de capital no valor de 1.300.000€, no mês de julho;
- Entrada de numerário para cobertura de prejuízos no valor de 1.700.000€, no mês de novembro.

Relativamente a recursos humanos, no total, a empresa contava com a colaboração direta de 45 elementos no final de 2017.

4. Principais destaques da atividade desenvolvida em 2017

No final de 2017, o número de cartões angariados e ativados totalizava 605 mil, superando as melhores expectativas da equipa de gestão, permitindo ao Cartão Universo ocupar a terceira posição no ranking nacional dos emissores de cartões de crédito (estimativas SFS).

Com o propósito de deixar testemunho das iniciativas que marcaram o ano apresenta-se abaixo as principais realizações de cada área de gestão da Sociedade:

Marketing - Comunicação

1. Execução de iniciativas de comunicação assentes em dinâmicas promocionais inovadoras:

a. Campanhas Flash Sales (descontos de elevado valor num período específico) em categorias de despesas muito relevantes para as famílias portuguesas (e.g. 50% desconto em todos os restaurantes no Dia dos Namorados; 10% em todas as compras no Continente; 20% desconto em todas as Lojas Zippy no Dia da Criança; Descontos adicionais na GALP nos festivais de Verão);

b. Campanha 3x sem juros em todas as compras em períodos de maior gasto para as famílias (Verão, novembro e dezembro);

c. Campanhas de Financiamento especiais nas Insígnias do Grupo (e.g. 1€/dia na compra da Yammi no Continente; 10x sem juros na Worten em dezembro);

2. Estabelecimento de parcerias institucionais do Cartão Universo em áreas muito importantes dos orçamentos familiares. E.g. Plano Saúde Well's (que permite o pagamento das despesas médicas no âmbito do Plano em modalidades sem juros) e combustível automóvel (parceria Galp);

3. Promoção do Crédito Pessoal Universo (versando financiamento de projetos com valor entre 2.500 e 50.000 euros) dando corpo à criação de uma *customer journey* digital que permite ao cliente, de forma simples e transparente, encontrar uma solução de financiamento adaptada ao seu orçamento e aos seus projetos.

4. Revisão da forma de comunicação do crédito, com preocupação de acréscimo de transparência e lisibilidade e consistente em todos os diferentes canais e pontos de contacto.

5. Apoio à Comunidade: O Universo elegeu o apoio à Indústria de Produção Televisiva Nacional como eixo de apoio a projetos, tendo, nesse domínio, organizado e patrocinado uma muito relevante semifinal global da 45ª Edição dos International Emmy Awards (que

distinguem, globalmente, a excelência dos conteúdos televisivos), contribuindo, assim, para o significativo reforço da afirmação da indústria no contexto internacional.

Marketing - Produto

Sendo o Cartão Universo um produto vivo, que se molda às necessidades transmitidas pelos clientes e se interrelaciona com parceiros, foi preocupação da equipa de gestão do produto:

1. Estreitar a relação do Universo com as insígnias Sonae para aumentar a utilidade percebida do produto. São exemplo disso, a parceria com as clínicas Dr. Well's e as campanhas na Worten;
2. Aumentar as vantagens e visibilidade nos canais digitais das lojas Sonae, nomeadamente Worten Online através, nomeadamente, das modalidades disponíveis para cada produto, incluindo modalidades promocionais para produtos específicos e da funcionalidade de migração para o Universo;
3. Incluir na rede de parceiros institucionais do Universo a Universidade do Porto para desenvolver métodos avançados de atuação sobre a base de clientes, nomeadamente, através de "machine learning";
4. Desenvolver uma área de *Customer Analytics*, destinada a assegurar um maior conhecimento do cliente, com o intuito de aumentar a relevância do Universo e identificar novas necessidades do cliente ao longo do ciclo de relação com a SFS;
5. Criar mecânicas de campanhas promocionais direcionadas, aumentando o nível de satisfação para os clientes, seja pela via da utilidade dessas campanhas, seja pela redução do número de contactos não relevantes.

Marketing - Canais

Não tendo a Sonae FS uma presença física em loja e havendo a convicção que essa presença possa ser catalisadora de angariações acrescidas, foi executado em finais de 2017 um plano de implementação de 15 pontos de adesão móveis (quiosques) em várias tipologias de lojas Sonae com o intuito de validar esta tese.

Em paralelo, foram melhorados os sistemas de adesão em loja para novos clientes, tendo-se alargado em 2017, a todas as tipologias de loja, a disponibilidade do serviço de adesão via tablet. Este processo mostrou-se muito eficiente, reduzindo fricções com os clientes e garantindo menor número de desconformidades e casos pendentes na decorrência do processo de *onboarding* dos clientes.

As captações de novos clientes na rede de lojas Sonae foram de 158 mil durante o ano de 2017.

Serviço ao Cliente - Reclamações

Sendo a Sonae FS uma entidade prestadora de serviços financeiros sem presença física direta, a resolução de reclamações de clientes torna-se num ponto chave de construção de confiança e propagação do bom serviço que se quer prestar. Em 2017 a Sonae FS assegurou a resolução de 4.330 casos de reclamação escritas de clientes, tendo conseguido atingir, apesar do elevado volume de reclamações, uma posição de destaque, pela positiva, no Portal da Queixa.

A Sonae FS tem uma taxa de reclamações de 0,66 casos por cada mil clientes.

Serviço ao Cliente – Contact Center

O ano de 2017 foi marcado pelo ajustamento do modelo de Governance com o prestador externo de serviço de Contact Center, deixando de ser um modelo de presença indireta para passar a ser assegurado de forma direta pela Sonae FS.

Esta presença mais próxima, adicionada da contratação de recurso especializado para lhe dar execução, permitiu maior estabilização do serviço, por referência a SLAs de tempo de espera e qualidade de atendimento.

Adicionalmente, foi incorporado nas aplicações de contacto com o cliente (internet/WEB e APP mobile) uma ferramenta de suporte especializada (Helpshift) que permite ação em tempo real e por qualquer meio, entre o cliente e o operador, tendo permitido a redução de incidências, apesar do crescimento em mais de 10% dos contactos geridos digitalmente.

Serviço ao Cliente – Operações e Serviço de Extrato

A qualidade do serviço prestado pela Sonae FS, aferido pelos indicadores base de ativação de clientes, autorização de transações e emissão de extrato teve em 2017 uma melhoria generalizada, fruto da maturação dos processos e da maior eficiência decorrentes da experiência adquirida acumulada.

Merece destaque a redução em 4/5 dos erros de ativação; redução em 5/6 dos erros associados a explicitação de benefícios atribuídos aos clientes; o aumento significativo do número de dias desde a emissão do extrato até à ida a banco, uma aspiração recorrentemente manifestada pelos clientes e, finalmente, uma ação mais eficaz ao nível de prevenção de fraude, com revisão regular de regras de alerta, permitindo ser menos intrusivo e mais certo na identificação das situações que merecem o cuidado do cliente e da Sonae FS.

Inovação e Desenvolvimento

Porque o Cartão Universo é um produto em construção, a área de Inovação e Desenvolvimento assume especial importância na criação de uma dinâmica de interesse com o produto. Em 2017 foram implementados vários serviços, dos quais se destaca:

1. Implementação do serviço 3D Secure para maior segurança nas transações à distância;

2. Lançamento ao público da “App Universo”;

3. Modalidades de pagamento fracionadas nas transferências para conta;

4. Introdução de Funcionalidades Real Time para maior controlo por parte dos clientes sobre os seus pagamentos:

a) Controlos & Alertas por SMS ou Push Notifications;

b) Visualização das transações na App em real time;

5. Implementação do Digital Omnichannel Support – Email, Web e InApp chat, já mencionado acima na área de Serviço ao Cliente e que permite uma maior interação entre os clientes e o suporte, sem necessidade de realizar uma chamada telefónica ou abrir uma reclamação.

Unidades de Suporte e Infraestrutura

Para assegurar que todas as unidades de contacto com o cliente proporcionassem as vantagens acrescidas que acabamos de relatar, foi necessário obter das unidades de *back-office* e de infraestrutura o concurso do seu contributo.

A área que merece maior destaque, pela transversalidade e omnipresença do seu contributo, é a área de IT. Destacamos as seguintes iniciativas dinamizadas pela área:

1. Resolução de problemas de *backlog* de registos de incidentes processuais, que evoluíram de quase 2.000 itens há um ano atrás para menos de 100, com eliminação estrutural das causas dos problemas, investindo em correções nos sistemas e/ou melhoria dos processos operativos;
2. Estabilização e otimização dos processos de negócio mais críticos, com redução para níveis de incidentes praticamente inexistentes: ativações, explicitação de *cash-back* e produção do extrato;
3. Desenvolvimento de infraestrutura da app Universo;
4. Operacionalização no site "Universo.pt" do novo simulador de crédito pessoal Universo;
5. Arquitetura e implementação de modo de funcionamento dito Real Time: disponibilização aos clientes da informação sobre as suas transações em tempo real, no momento em que ocorrem (disponibilizando na app e no site Universo);
6. Adoção de novas metodologias de trabalho "agile" com os parceiros de desenvolvimento;
7. Iniciativa para desenho e revisão da arquitetura de sistemas da SFS, com vista a ter uma visão clara e prática da arquitetura 'to be', bem como um *roadmap* alinhado com as prioridades de negócio.

A exaustividade da enumeração de iniciativas implementadas em 2017 imporia uma revisão de concretizações das demais áreas da Sonae FS: Compliance, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controlo Interno, Tesouraria e Financiamento, Assurance, Controlo Administrativo e Reporte e PCG; Não o faremos pela complementaridade dos contributos aportados estarem já refletidos nas ações identificadas nas demais áreas a que demos destaque acima.

Relação com parceiros colocadores do Cartão Universo

Aproveitando sinergias com as insígnias do grupo Sonae que exploram estabelecimentos comerciais de retalho, nomeadamente as insígnias Continente, Worten e SportZone, foi estabelecido, com cada uma delas, um acordo de disponibilização de colaboradores para, após formação específica dada pela Sonae FS, desenvolverem atividades de suporte aos clientes Universo num conjunto variável de lojas. Com esses colaboradores foi assinado um contrato de pluriemprego, sendo o tempo dedicado a servir os clientes Universo suportado pela Sonae FS.

Ainda durante 2017, a SFS iniciou a atualização do website Universo.pt que disponibiliza funcionalidades de *homebanking* aos seus clientes. Esta atualização visa proporcionar maior facilidade de acesso e interação entre o cliente e o Universo, bem como a adição futura de novas funcionalidades. Em paralelo foi lançada, em modo piloto, uma aplicação para dispositivos móveis que pretende assumir-se como o elemento base de comunicação e interação com os clientes Universo.

Este segundo ano de atividade, tal como previsto, ainda foi de forte investimento na criação e estabilização de uma estrutura operacional sólida, tendo consumido elevados recursos financeiros. A Sonae FS concluiu o ano de 2017 com um Resultado antes de Impostos negativo de 2,7 milhões de euros, contra um valor negativo de 4,4 milhões de euros registado em 2016.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

A SFS completou o seu segundo ano de atividade após o lançamento ao público da operação Universo, estando os resultados a evoluir de acordo com plano de negócios aprovado no Conselho de Administração de julho de 2015.

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido negativo apurado no exercício de 2017, no valor de 2.675.148,83 euros seja transferido para resultados transitados.

6. Perspetivas futuras e factos subsequentes

O ano de 2018 será marcado por uma intensa atividade promocional do Cartão Universo, quer para a angariação de novos clientes quer para a promoção dos aspetos inovadores do cartão, ajudando à compreensão da multiplicidade de benefícios que o seu uso traz ao cliente. Será ainda promovida a marca Universo como pilar da relação com o cliente, nomeadamente para divulgação de novos produtos e serviços financeiros.

A entrada em vigor, a 25 de maio de 2018, da nova legislação sobre proteção de dados pessoais apresenta-se como um dos principais desafios à organização, no ano de 2018, pela multiplicidade de impactos e iniciativas que está a gerar. Foi criada ao nível do Grupo Sonae uma equipa multidisciplinar que assegurará as linhas orientadoras de ação para as empresas do Grupo Sonae, suportados em equipas externas de especialistas na matéria. A SFS beneficiará deste trabalho do Grupo.

A iniciativa de integração dos Cartões Universo na rede Multibanco (MB) é uma iniciativa com elevado potencial de geração de valor para os clientes Universo e para a Sonae FS. A mesma disponibiliza aos nossos clientes, a partir de 26 de fevereiro, a possibilidade de efetuarem diversos pagamentos de serviços, nomeadamente, carregamento de telemóveis, pagamentos ao estado, entre outros e transferências de fundos via MB para IBANs portugueses.

Não poderíamos terminar este relatório sem exprimir um agradecimento especial a todos os nossos parceiros de negócio, em especial à Mastercard, ao BNP Paribas PF, à Contisystems e ao EuroBIC, aos nossos parceiros tecnológicos, em especial à MasterCard Payment Transaction Services S.A., à área de sistemas de informação da Sonae (BIT) aos negócios Continente, Worten e Sport Zone, sem a colaboração dos quais não teria sido possível a existência deste produto e, por último, a todos os nossos colaboradores, diretos e indiretos (através de contratos pluriemprego) que, de forma incansável e com total dedicação permitem que o projeto Universo evolua com todo o êxito que lhe é reconhecido.

Maia, 8 de março de 2018

O Conselho de Administração,

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Luís Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

Paulo Jorge Henriques Pereira

DECLARAÇÃO

Nos termos do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade, que nenhum deles, possui ações ou obrigações emitidas pela sociedade.

Declara-se, face às comunicações dos acionistas abaixo relacionados, que:

- A Sonae Investimentos, SGPS, SA, possui 5.500.000 ações, representativas de 100% do capital social.

Maia, 08 de março de 2018

O Conselho de Administração,

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Luís Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

Paulo Jorge Henriques Pereira

Demonstrações da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dezembro 2017			31 dezembro 2016
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
		1	2	3 = 1 - 2	
Ativo Não Corrente					
Investimentos	6	5.468	-	5.468	-
Ativos fixos tangíveis	7	33.381	13.679	19.702	17.019
Ativos intangíveis	8	3.427.427	1.035.093	2.392.334	1.398.867
Ativos por impostos diferidos	9	256.427	-	256.427	246.941
Total de ativos não correntes		3.722.703	1.048.772	2.673.931	1.662.827
Ativo Corrente					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 e 5	9.284.923	-	9.284.923	11.708.089
Outros ativos correntes	4 e 10	4.331.824	-	4.331.824	5.581.339
Total de ativos correntes		13.616.747	-	13.616.747	17.289.428
Total do ativo		17.339.450	1.048.772	16.290.678	18.952.255
Passivo Não Corrente					
Outros passivos não correntes	4 e 11			29.317	-
Total de passivos não correntes				29.317	-
Passivo					
Recursos de clientes e outros empréstimos	4 e 12			187.161	113.609
Outros passivos correntes	4 e 13			10.856.819	13.946.116
Total de passivos correntes				11.043.980	14.059.725
Total do passivo				11.073.297	14.059.725
Capital					
Capital	14			5.500.000	4.200.000
Outros instrumentos de capital	15			-	1.530.000
Reservas e resultados transitados	16			2.392.530	2.647.857
Resultado do exercício				(2.675.149)	(3.485.327)
Total de capital próprio				5.217.381	4.892.530
Total de passivo + capital próprio				16.290.678	18.952.255

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

Luís Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Paulo Jorge Henriques Pereira

O Contabilista Certificado

Ana Paula Vieira e Pinho

Demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Juros e encargos similares		-	(898)
Margem financeira		-	(898)
Rendimentos de serviços e comissões	20	23.270.045	16.639.691
Encargos com serviços e comissões	21	(9.136.099)	(9.439.036)
Outros resultados de exploração	22	(1.719.432)	(999.603)
Produto bancário		12.414.514	6.200.154
Gastos com pessoal	23	(9.324.162)	(8.085.430)
Gastos gerais administrativos	24	(5.232.154)	(2.050.819)
Amortizações do exercício	7 e 8	(520.328)	(473.865)
Resultados antes de impostos		(2.662.130)	(4.409.960)
Impostos			
Correntes	25	(22.505)	(5.809)
Diferidos	25	9.486	930.442
Resultados após impostos / rendimento integral		(2.675.149)	(3.485.327)
Outro rendimento integral		-	-
Resultado por ação básico / diluído	26	(0,56)	(0,83)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

Luís Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Paulo Jorge Henriques Pereira

O Contabilista Certificado

Ana Paula Vieira e Pinho

Demonstrações das alterações nos capitais próprios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)	Notas	Outras reservas e resultados transitados				Resultado líquido do exercício	Total
		Capital	Reserva legal	Outros instrumentos de capital	Resultados transitados		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		4.200.000	-	1.530.000	5.671.031	(8.023.174)	3.377.857
Aplicação de resultados		-	-	-	(8.023.174)	8.023.174	-
Cobertura de prejuízos	16	-	-	-	5.000.000	-	5.000.000
Prestações acessórias	15	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	(3.485.327)	(3.485.327)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		4.200.000	-	1.530.000	2.647.857	(3.485.327)	4.892.530
Realização de capital	14	1.300.000	-	-	-	-	1.300.000
Aplicação de resultados		-	-	-	(3.485.327)	3.485.327	-
Cobertura de prejuízos	16	-	-	(1.530.000)	3.230.000	-	1.700.000
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	(2.675.149)	(2.675.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		5.500.000	-	-	2.392.530	(2.675.149)	5.217.381

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Carlos Eduardo Afonso Brazileir da Cruz David

Luís Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Paulo Jorge Henriques Pereira

O Contabilista Certificado

Ana Paula Vieira e Pinho

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		22.884.961	15.771.087
Pagamentos a fornecedores		(17.527.226)	(14.537.078)
Pagamentos ao pessoal		(11.331.329)	(1.120.152)
Fluxos gerados pelas operações		(5.973.594)	113.857
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		893.936	2.123.191
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		1.087.346	(124.886)
Fluxos das atividades operacionais (1)		(3.992.312)	2.112.162
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(2.859)	-
Ativos fixos tangíveis		(19.439)	(9.127)
Ativos intangíveis		(1.408.441)	(128.790)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(1.430.739)	(137.917)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		-	2.020.000
Realização de capital	14	1.300.000	-
Cobertura de prejuízos	16	1.700.000	5.000.000
		3.000.000	7.020.000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		-	(2.020.000)
Juros e gastos similares		(115)	(39.401)
		(115)	(2.059.401)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		2.999.885	4.960.599
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(2.423.166)	6.934.844
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5	11.708.089	4.773.245
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	5	9.284.923	11.708.089

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

Luís Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Paulo Jorge Henriques Pereira

O Contabilista Certificado

Ana Paula Vieira e Pinho

SONAE FINANCIAL SERVICES, SA**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Montantes expressos em euros)***1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A SONAE FINANCIAL SERVICES, SA tem por objeto social o exercício da atividade permitida por lei às Instituições de Pagamento e de Moeda Eletrónica, foi constituída em 12 de maio de 2014 após autorização concedida pelo Banco de Portugal em 15 de abril de 2014 e tem a sua sede no Lugar do Espido – Via Norte – Maia, sendo integralmente detida pela Sonae Investimentos, SGPS, SA.

A empresa obteve conhecimento do registo definitivo junto do Banco de Portugal por carta datada do dia 25 de setembro de 2015 para dar início à sua atividade estando autorizada para a emissão de moeda eletrónica e de prestação de serviços de pagamento previstos nas alíneas a), b), c), d) e e) do artigo 4.º do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moedas Eletrónicas, aprovado pelo DL nº 317/2009 de 30 de outubro alterado pelo DL nº 242/2012 de 7 de novembro. Tem número de registo no Banco de Portugal 7500.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras em base individual foram preparadas pela primeira vez no exercício de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, na sequência do Aviso 5/2015 do Banco de Portugal.

Esta adoção não gerou qualquer impacto nas demonstrações financeiras, atendendo à tipologia da operação da entidade.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2017:

Com aplicação obrigatória no exercício de 2017:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Emendas à IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa	01-jan-17
Emendas à IAS 12 - Impostos sobre o rendimento	01-jan-17

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2017:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Emendas à IFRS 4 - Aplicação IFRS 9 Instrumentos financeiros com IFRS 4 Contratos de seguro	01-jan-18
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes e emendas posteriores	01-jan-18
IFRS 16 – Locações	01-jan-19
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	01-jan-18
Emendas à IFRS 2 – Pagamentos com base em ações	01-jan-18
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	01-jan-18 / 01-jan-17

A empresa não procedeu à aplicação antecipada destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória, estando em curso a análise dos possíveis impactos da aplicação das IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16, que não se estimam significativas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até á data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2017:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 17 - Contratos de seguro	01-jan-21
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamentos	01-jan-18
IFRIC 23 - Incerteza no tratamento dos impostos sobre o rendimento	01-jan-19
Emendas à IAS 40 - Propriedades de investimento	01-jan-18
Emendas à IFRS 9 - Instrumentos financeiros	01-jan-19
Emendas à IAS 28 - Investimentos em associadas	01-jan-19
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	01-jan-19
Emendas à IAS 19 - Benefícios dos Empregados	01-jan-19

A empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória, encontrando-se em processo de análise dos efeitos previstos das referidas normas, não sendo estimados impactos significativos.

2.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, que no caso do hardware são consideradas 3 anos, e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, amortizações do exercício.

2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

Os ativos intangíveis incluem, basicamente, licenças de utilização de software e gastos associados à montagem / implementação de sítios na internet que serão utilizados na atividade operacional da empresa.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações do exercício da demonstração de resultados.

As taxas de amortização anual utilizadas são as seguintes:

	%
Software	33,33
Propriedade industrial	33,33

2.4 Regime de acréscimo

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A empresa está inserida no grupo de empresas dominado pela Sonae, SGPS, SA e tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que consequentemente os saldos apurados de imposto a receber ou a pagar são incluídas nas rubricas da demonstração da posição financeira de outros ativos ou outros passivos, respetivamente.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo na demonstração da posição financeira e a sua base de tributação, sendo calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor no período em que se prevê seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis.

Os impostos diferidos, são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Os prejuízos fiscais gerados pelas sociedades dominadas no grupo fiscal (RETGS) determinam a sua afetação aos prejuízos fiscais do grupo, pelo que apenas a sociedade dominante releva os montantes correspondentes a tais prejuízos fiscais, sem que dê origem a qualquer fluxo financeiro, sendo certo que até ao exercício anterior (2016) esses prejuízos fiscais gerados pelas empresas dominadas dentro do grupo eram compensados pela entidade dominante do grupo.

2.6 Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na nota 4.

2.6.1 Caixa e outras disponibilidades

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e outras disponibilidades correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

2.6.2 Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

2.6.3 Contas de pagamento a débito de clientes

Esta rubrica inclui o valor das transferências efetuadas para as contas de pagamento a débito dos clientes deduzido do valor das transações (compras/pagamentos e levantamentos) a débito efetuadas pelos clientes com o Cartão Universo.

2.6.4 Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

2.6.5 Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

2.6.6 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, o que corresponderá ao seu justo valor na data da transação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de gastos e perdas financeiras da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.4. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

2.6.7 Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

2.6.8 Imparidade

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos ativos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

2.7 Rédito

Os rendimentos são reconhecidos na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

A SFS tem como principais fontes de rédito: i) Comissões recebidas dos clientes decorrentes de serviços previstos no preçário do Cartão Universo; ii) Comissões recebidas pela participação material (no sentido estrito da disponibilização aos clientes do Cartão Universo, o qual é parte essencial à mobilização da linha de crédito que lhes é atribuída pelo BNP Personal Finance) na efetivação de operações de crédito, e iii) Comissões recebidas pela prestação de serviços de marketing e de gestão ao BNP Personal Finance e às empresas do grupo Sonae detentoras das lojas de retalho que utilizam o Cartão Universo como base para promoção do crédito no ponto de venda.

O rédito relativo a comissões decorrentes de prestação de serviços é reconhecido desde que as seguintes condições sejam cumpridas: (1) os serviços tenham já sido prestados; (2) o montante de rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (3) é provável que benefícios económicos fluam para a empresa; e (4) os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O valor de rédito relativo a comissões recebidas pela participação material na efetivação de operações de crédito é reconhecido no momento em que a operação de crédito é concretizada junto do BNP Personal Finance, podendo, dependendo da sua natureza, ser calculado como uma comissão apurada como percentagem dos fundos processados ou como um valor fixo por evento de crédito.

As comissões recebidas pela prestação de serviços de marketing e de gestão são registadas linearmente ao longo do período do contrato, quando aplicável, ou no momento em que o serviço é prestado.

O montante de rédito não faturado é reconhecido como acréscimo de rendimento de acordo com o princípio de especialização de exercícios.

O rendimento de juros é reconhecido com base no método do juro efetivo.

2.8 Recursos de clientes

Esta rubrica inclui a responsabilidade pelo valor das transferências efetuadas para as contas de pagamento a débito dos clientes deduzido do valor das transações (compras/pagamentos e levantamentos) a débito efetuadas pelos clientes com o Cartão Universo.

A contrapartida desta responsabilidade encontra-se registada na demonstração da posição financeira em outros ativos (nota 2.6.3).

2.9 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

2.10 Política de remuneração da administração

Passaram a ser remunerados, a partir de agosto de 2017, dois dos membros do Conselho de Administração da sociedade. Os restantes membros são não remunerados, dado que desempenham funções em outras sociedades do Grupo Sonae. Os membros do Conselho de Administração adotam a política do Grupo de serem remunerados em apenas uma das instituições em que desempenham funções.

2.11 Responsabilidade por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos pela Empresa estão indexadas à evolução da cotação das ações da Sonae, SGPS, SA.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.12 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras efetuam-se estimativas e assumem-se previsões que poderão afetar os ativos, passivos, créditos e gastos. Para a elaboração destas estimativas utilizou-se a informação disponível à data de preparação das

demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efetivamente verificados poderão diferir destas estimativas.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis. Pela importância em valor que assumem, detalhamos as principais fontes de rédito: i) Comissões recebidas dos clientes decorrentes de serviços previstos no preçário do Cartão Universo; ii) Comissões recebidas pela participação material (no sentido estrito da disponibilização aos clientes do Cartão Universo, o qual é parte essencial à execução das operações de crédito operadas na linha de crédito que lhes é atribuída pelo BNP Personal Finance) na efetivação de operações de crédito. Relativamente aos itens i) e ii), as estimativas são apuradas em cada mês a partir da consulta de um Data Warehouse da Sonae Financial Services no qual são registadas todas as operações executadas pelos clientes utilizando o Cartão Universo tendo esta informação origem no processador/autorizador das transações, a Mastercard Payment Services, SA.

2.13 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam àquela data são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração.

As atividades da Sonae FS estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de mercado, risco de liquidez e risco de crédito. O Conselho de Administração assume a responsabilidade por definir os princípios para a gestão dos riscos e as políticas que cobrem áreas específicas como: o risco de taxa de câmbio, o risco de taxa de juro, o risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

3.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de juro

O risco de flutuação da taxa de juro pode-se traduzir num risco de fluxo de caixa ou num risco de justo valor, consoante se tenham negociado taxas de juro variáveis ou fixas.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2017, não existiram empréstimos remunerados recebidos dos acionistas ou de instituições financeiras. Ao nível das disponibilidades, estas estão representadas por depósitos bancários indexados a taxas variáveis.

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Tendo em conta que o endividamento foi inexistente durante o período de 2017, estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração da posição financeira, caso as taxas de juro de mercado tivessem aumentado, em média, 75bp durante o ano de 2017, os juros suportados nesse exercício seriam de zero euros.

Relativamente aos depósitos bancários, estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração da posição financeira, caso as taxas de juro de mercado tivessem

aumentado, em média, 75bp durante o ano de 2017, os juros recebidos nesse exercício assumiriam um valor residual.

b) Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é muito reduzido ou quase inexistente, na medida em que quase a totalidade dos fluxos operacionais são contratados em euros.

3.2. Risco de liquidez

Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas perante os seus fornecedores, colaboradores, acionistas e outros credores.

As necessidades de fundo de maneo da Sonae FS durante o exercício de 2017, foram asseguradas pela sua única acionista - Sonae Investimentos, SGPS, SA, através de um aumento de capital pelo montante de 1,3 milhões euros e de entradas de numerário para cobertura de prejuízos, no montante de 1,7 milhões euros (3,23 milhões de euros em 2016) e pelo resultado da sua atividade. Para 2018, prevê-se que as necessidades de fundo de maneo sejam maioritariamente asseguradas pela atividade da empresa e o remanescente pela sua acionista, excetuando eventuais compras de ativos.

3.3. Risco de crédito

A sociedade adotou uma estratégia de não concessão de crédito aos seus clientes. Essa atividade é assegurada pelo seu parceiro de negócio BNP Paribas, Personal Finance, SA.

Assim, o risco de crédito concedido a clientes é inexistente.

Remanesce o risco de crédito associado à aplicação de excedentes de tesouraria da sociedade e de outros devedores relacionados com a atividade operacional da empresa, na medida em que se falharem com o cumprimento das suas obrigações contratuais, originam uma perda financeira para a empresa.

A sociedade adota as práticas do Grupo Sonae para avaliação de contraparte em operações financeiras e de outros devedores, nomeadamente a avaliação do rating respetivo com base em informação de entidades externas credenciadas e análise de elementos contabilístico-financeiros, procurando maximizar a todo o tempo a boa cobrança e liquidez dos ativos na posse de terceiros.

4. CLASSE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.6, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram classificados como segue:

		31 dezembro 2017		
Ativos Financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos correntes				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	9.284.923	-	9.284.923
Outros ativos	10	3.857.158	474.666	4.331.824
		13.142.081	474.666	13.616.747

		31 dezembro 2016		
Ativos Financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos correntes				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	11.708.089	-	11.708.089
Outros ativos	10	5.411.086	170.253	5.581.339
		17.119.175	170.253	17.289.428

		31 dezembro 2017		
Passivos Financeiros	Notas	Empréstimos e contas a pagar	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes				
Outros passivos não correntes	11	-	29.317	29.317
		-	29.317	29.317
Passivos correntes				
Recursos de clientes	12	187.161	-	187.161
Outros passivos	13	10.543.845	312.974	10.856.819
		10.731.006	312.974	11.043.980

		31 dezembro 2016		
Passivos Financeiros	Notas	Empréstimos e contas a pagar	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos correntes				
Recursos de clientes	12	113.609	-	113.609
Outros passivos	13	13.686.416	259.700	13.946.116
		13.800.025	259.700	14.059.725

5. DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe desta rubrica era o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Depósitos bancários	9.284.923	11.708.089
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	9.284.923	11.708.089
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	9.284.923	11.708.089

6. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 o montante registado na rubrica de investimentos corresponde a unidades de participação detidas no Fundo de Compensação do Trabalho, de acordo com o regime jurídico estabelecido pela lei nº70/2013, de 30 de agosto.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos ativos fixos tangíveis era o seguinte:

	Equipamento Administrativo	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	3.075	3.075
Aumentos	17.663	17.663
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	20.738	20.738
Aumentos	12.643	12.643
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	33.381	33.381
Amortizações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	85	85
Aumentos	3.634	3.634
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	3.719	3.719
Aumentos	9.960	9.960
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	13.679	13.679
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2016	17.019	17.019
A 31 de dezembro de 2017	19.702	19.702

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos ativos intangíveis era o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	6.385	1.854.717	-	1.861.102
Aumentos	-	1.269	61.221	62.490
Transferências / abates	681	60.540	(61.221)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	7.066	1.916.526	-	1.923.592
Aumentos	-	365	1.503.470	1.503.835
Transferências / abates	898	392.438	(393.336)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	7.964	2.309.329	1.110.134	3.427.427
Amortizações acumuladas				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	2.974	51.520	-	54.494
Aumentos	2.580	480.531	-	483.111
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	5.554	519.171	-	524.725
Aumentos	1.535	508.833	-	510.368
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	7.089	1.028.004	-	1.035.093
Valor líquido				
A 31 de dezembro de 2016	1.512	1.397.355	-	1.398.867
A 31 de dezembro de 2017	875	1.281.325	1.110.134	2.392.334

Em 31 de dezembro de 2017 dos aumentos do exercício na rubrica de ativos intangíveis, destacam-se: 409 mil euros associados a desenvolvimento de novas funcionalidades no portal e na APP do Universo com objetivo de gerar novas linhas de crédito; 231,6 mil euros relativos à disponibilização de novos serviços de pagamentos com o cartão Universo (Pagamento de serviços, Carregamentos e Pagamentos ao estado através do MB; 365,4 mil euros relativos à implementação de ferramenta de tratamento de dados de clientes, com vista ao combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao terrorismo.

O investimento no software acima referido está associado a aplicações e funcionalidades essenciais à atividade da empresa.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram constituídas quaisquer perdas por imparidade, na sequência da análise efetuada tendo em conta o plano de negócio aprovado pelo Conselho de Administração, o qual foi preparado recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para 5 anos. As projeções foram efetuadas utilizando um custo médio ponderado de capital de 10% e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 0,5%.

9. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos ativos por impostos diferidos era o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Prejuízos fiscais reportáveis	246.941	246.941
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	9.486	-
	256.427	246.941

Os ativos por impostos diferidos de prejuízos fiscais reportáveis registados a 31 de dezembro de 2017 e 2016, de acordo com as diferenças temporais que os geraram, correspondem a prejuízos fiscais reportáveis, gerados durante o exercício de 2014, ou seja, em data anterior à empresa estar incluída no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades dominado pela Sonae, SGPS, SA. A taxa de imposto utilizada para apuramento de impostos diferidos ativos foi de 21%. Estima-se, com base nos planos de negócios da empresa, que estes ativos sejam recuperados dentro dos prazos legais (2026).

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 2017 e 2016 foi como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Saldo inicial	246.941	246.941
Efeito em resultados:		
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	9.486	-
	256.427	246.941

10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de outros ativos era o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Clientes	2.812.031	2.540.263
Impostos - RETGS	13.528	929.970
Setor público administrativo	36.984	457
Rendimentos a receber - comissões	751.926	820.446
Despesas com encargo diferido	437.682	169.796
Recursos de clientes (nota 12)	194.027	113.760
Outros	85.646	1.006.647
	4.331.824	5.581.339

Os montantes registados nas rubricas de clientes e rendimentos a receber – comissões, corresponde às contrapartidas financeiras associadas ao Cartão Universo resultantes essencialmente, da relação de parceria entre a sociedade e o BNP Paribas, Personal Finance, SA, nos termos do acordo assinado em 13 de fevereiro de 2016 e respetivo anexo financeiro.

O montante da rubrica impostos – RETGS corresponde ao montante líquido a receber da dominante relativo ao imposto do exercício apurado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades. Prevê-se que este montante seja recebido durante 2018 da sociedade dominante (Sonae, SGPS, SA).

A rubrica de despesas com encargos diferidos corresponde a valores incorridos com produção e entrada em circulação de cartões Universo.

A rubrica recursos de clientes representa o valor das transferências efetuadas para as contas de pagamento a débito dos clientes deduzido do valor das transações (compras/pagamentos e levantamentos) a débito efetuadas pelos clientes com o Cartão Universo, encontrando-se o crédito registado na rubrica recursos de clientes e outros empréstimos (nota 12).

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2017 e 2016. O justo valor das contas a receber é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

11. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017, o montante registado nesta rubrica corresponde à responsabilidade por bónus de desempenho (nota 18).

12. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2017, o montante registado nesta rubrica corresponde à responsabilidade da empresa relativa ao valor entregue e ainda não utilizado pelos clientes do cartão para realização de operações a débito (nota 10).

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de outros passivos era o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Setor público administrativo		
IVA	223.273	205.625
Retenção impostos	28.706	15.273
Imposto de selo	25.078	16.154
Contribuições segurança social	35.918	22.648
Credores diversos:		
Credores de outros bens e serviços	1.048.426	2.919.000
Ativos intangíveis	97.134	8.536
Outros credores	4.764.534	7.309.168
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	751.085	295.183
Responsabilidades por bónus de desempenho diferido (nota 18)	12.841	
Cedência de pessoal	500.000	733.327
Trabalhos especializados	106.588	191.113
Serviços bancários	1.991.490	2.025.727
Gastos gerais administrativos	17.600	59.886
Publicidade	1.136.064	90.166
Comunicação	112.087	54.310
Seguros	5.995	-
	10.856.819	13.946.116

O saldo de credores de outros bens e serviços no montante de 1.048.426 euros (2.919.000 euros em 31 de dezembro de 2016) respeita exclusivamente a valores a pagar a credores de bens e serviços correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da empresa, sendo essencialmente saldos com empresas do Grupo Sonae Investimentos, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

O montante registado em outros na rubrica credores diversos respeita essencialmente a valores a pagar relacionados com a cedência de pessoal (nota 23).

A rubrica de remunerações a liquidar corresponde às responsabilidades vencidas em 2017 a pagar em 2018 relativas a férias e subsídio de férias, outras remunerações e respetivos encargos.

A rubrica de serviços bancários corresponde essencialmente a responsabilidades a pagar relativas a serviços prestados pela Mastercard Payment Transaction Services SA de processamento e autorização de transações financeiras, gestão de contas, emissão de cartões, serviços de call-center especializado e gestão de informação de clientes.

A rubrica de publicidade corresponde essencialmente a despesas incorridas com a realização de campanhas de marketing junto dos clientes Universo.

14. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, encontra-se integralmente subscrito e realizado, está representado por 5.500.000 ações ordinárias (4.200.000 ações em 31 de dezembro de 2016), nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada.

A sociedade é detida integralmente e consolida as suas contas com a Sonae Investimentos, SGPS, SA, com sede na Rua João Mendonça, nº 529, Senhora da Hora, Matosinhos.

A acionista da empresa é detida direta e indiretamente pela Sonae, SGPS, SA, empresa controlada pela Efanor Investimentos, SGPS, SA.

Nos termos da autorização para constituição da Sonae Financial Services, SA como instituição de moeda eletrónica pelo Banco de Portugal, foi definido que a sociedade adota como método de apuramento de requisitos de fundos próprios afetos à atividade de prestação de serviços de pagamentos não associados à emissão de moeda eletrónica o Método das Despesas Gerais Fixas, tal como definido no anexo II do DL nº 317/2009 de 30 de outubro alterado pelo DL nº 242/2012 de 7 de novembro.

Nos termos da legislação supra a empresa deverá possuir fundos próprios de montante equivalente a 10% do valor das suas despesas gerais fixas referentes aos últimos 12 meses de atividade. A Sociedade tem voluntariamente vindo a garantir o cumprimento de rácios de cobertura de fundos próprios 20% acima do valor exigido pela Lei.

A 31 dezembro de 2017 a empresa apresenta fundos próprios no montante de 2.825.247 euros, sendo o montante mínimo necessário (já acrescido de 20%) requerido pelo Método das Despesas Gerais Fixas de 2.771.436 euros. O montante das suas despesas gerais fixas referentes aos últimos 12 meses de atividade foi de 23.095.302 euros.

A 31 de julho de 2017, em Assembleia Geral de Acionistas, foi deliberado para cumprimento dos requisitos de manutenção de capitais próprios impostos pela legislação setorial das instituições de moeda eletrónica, tal como refletidos no artigo 31º ex vi do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e Moeda Eletrónica (Decreto-Lei nº 317/2009, de 30 de outubro, nos termos alterados pelo Decreto-Lei nº 242/2012, de 7 de novembro), regulamentados pelo Aviso do banco de Portugal nº 6/2010, aumentar o capital de 4.200.000 euros para 5.500.000 euros através de entradas em numerário para reforço dos capitais da sociedade. A 31 de dezembro de 2017 este aumento de capital encontra-se totalmente realizado.

Seguindo uma política de minimização de risco de contraparte e de maximização de liquidez, os excedentes de tesouraria da sociedade são mantidos sob a forma de depósitos à ordem junto de uma instituição bancária de referência no sistema bancário português.

15. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

A 30 de maio de 2017, em Assembleia Geral de Acionistas, foi deliberado afetar as prestações acessórias de capital no montante de 1.530.000 euros, sujeitas ao regime das prestações suplementares estabelecido no artigo 211º do código das Sociedades Comerciais, à cobertura de prejuízos (nota 16).

16. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em Assembleia Geral de Acionistas, realizada a 30 de maio de 2017, foi deliberado afetar as prestações acessórias de capital no montante de 1.530.000 euros, sujeitas ao regime das prestações suplementares estabelecido no artigo 211º do código das Sociedades Comerciais, à cobertura de prejuízos (nota 15).

Conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 31 de outubro a acionista única efetuou cobertura de prejuízos no montante de 1.700.000 euros, para cumprimento dos requisitos de fundos próprios impostos pela legislação setorial das instituições de moeda eletrónica, tal como refletidos nos artigos 30º e 31º do Regime Jurídico dos Serviços dos Pagamento e Moeda Eletrónica (Decreto-Lei nº 317/2009, de 30 de outubro, nos termos alterados pelo Decreto-Lei nº 242/2012, de 7 de novembro).

17. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Vencíveis em:		
N+1	51.809	37.160
N+2	29.492	26.173
N+3	26.518	14.812
N+4	22.965	11.833
N+5	12.053	8.277
	142.837	98.255

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 37.176 euros (28.778 euros em 31 de dezembro de 2016), relativos a contratos de locação operacional.

18. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

De acordo com nota 2.11 existem prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição. O exercício dos direitos só ocorre se o administrador estiver ao serviço na data de vencimento. Estas responsabilidades são valorizadas nos termos da mesma nota.

A responsabilidade relativa aos planos de ações acima referidos encontra-se calculada por referência à cotação da Sonae, SGPS, SA à data de 31 de dezembro de 2017, sendo os planos vigentes considerados como tendo liquidação financeira.

Em 31 de dezembro de 2017 os planos em aberto são os seguintes:

	Período de diferimento		31.dezembro.2017	
	Data de atribuição	Data de vencimento	Nº participantes	Nº de ações
Plano 2014	2015	2018	1	40.852
Plano 2015	2016	2019	2	47.950
Plano 2016	2017	2020	2	78.282

Da responsabilidade pelos planos em aberto a 31 de dezembro de 2017 o montante de 69.217 euros, será imputado à Sonae Center Serviços II, SA aquando da liquidação dos referidos planos, já que os mesmos foram atribuídos nessa entidade.

O justo valor das ações atribuídas decorrente dos planos em aberto pode ser resumido como segue:

	Data de atribuição	Data de vencimento	À data da atribuição	31.dezembro.2017
Plano 2014	2015	2018	46.979	45.999
Plano 2015	2016	2019	44.660	53.992
Plano 2016	2017	2020	68.123	88.146

Durante o exercício, os movimentos ocorridos podem ser resumidos como segue:

Em número	31.dezembro.2017
Saldo inicial	-
Movimento do exercício:	
Atribuídas	78.282
Transferidas/ajustadas	88.802
Saldo final	167.084

Em valor	31.dezembro.2017
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	42.158
	42.158
Registado em outros passivos não correntes (nota 11)	29.317
Registado em outros passivos correntes (nota 13)	12.841
	42.158

Os valores registados nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 correspondem ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto. Os gastos destes planos são reconhecidos em gastos com o pessoal ao longo do período que medeia entre a atribuição e o seu exercício.

19. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos e as transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Saldos	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Outras partes relacionadas	886.183	1.473.132
Contas a receber	886.183	1.473.132
Outras partes relacionadas	6.182.546	10.867.103
Contas a pagar	6.182.546	10.867.103

Transações	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Outras partes relacionadas	2.030.988	1.240.770
Prestação de serviços e outros rendimentos	2.030.988	1.240.770
Outras partes relacionadas	3.270.653	2.302.919
Compras e serviços recebidos	3.270.653	2.302.919
Outras partes relacionadas	7.182.761	6.771.028
Custos com pessoal	7.182.761	6.771.028
Acionista	-	905
Juros suportados	-	905

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA e Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos dominados pela Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

As transações acima identificadas com outras partes relacionadas respeitam essencialmente às subsidiárias da Sonae Investimentos, SGPS, SA, acionista única da Sonae Financial Services, SA, nomeadamente as empresas Modelo Continente Hipermercados, SA, Worten - Equipamentos para o Lar, SA, Sonae Center Serviços II, SA, Continente Hipermercados, SA, SFS - Serviço de Gestão e Marketing, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 teve a seguinte composição:

	31 dezembro 2017
Remuneração fixa	166.803
Remuneração variável de médio prazo	42.158
	208.961

Em 2017, não ocorreram transações com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2017 não existiam saldos com os administradores da sociedade.

20. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de rendimentos de serviços e comissões era o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Comissões		
Associadas ao uso do cartão, conforme preçário	6.828.850	4.617.675
Decorrentes da produção de crédito com juros	16.441.195	12.022.016
	23.270.045	16.639.691

O montante registado na rubrica comissões por operações a crédito corresponde às contrapartidas financeiras associadas ao Cartão Universo resultantes essencialmente, da relação de parceria entre a sociedade e o BNP Paribas, Personal Finance, SA nos termos do acordo assinado em 13 de fevereiro de 2016 e respetivo anexo financeiro (nota 2.7).

21. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de encargos com serviços e comissões era o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Encargos com serviços e comissões		
Serviços bancários prestados por terceiros	(1.315.540)	(1.372.031)
Por operações realizadas por terceiros	(6.397.159)	(6.649.100)
Outras comissões prestadas por terceiros	(1.423.400)	(1.417.905)
	(9.136.099)	(9.439.036)

Dos montantes registados na rubrica serviços prestados por terceiros 596.027 euros (546.781 euros em 2016) correspondem a taxas de intercâmbio (Interchange Fee) incorridas, 179.259 euros (232.166 euros em 2016) a comissões cobradas pelo Banco BNP "Cetelem" e 540.254 euros (593.084 euros em 2016) a serviços de processamento de dados e de acesso às redes de pagamento nacionais e internacionais.

O montante registado na rubrica operações realizadas por terceiros corresponde essencialmente a serviços prestados pela MasterCard Payment Transaction Services SA, relativos a: processamento e autorização de transações financeiras, gestão de contas, emissão de cartões, serviços de call-center especializado e gestão de informação de clientes.

O montante registado na rubrica outras comissões prestadas por terceiros corresponde a comissões sobre crédito concedido e ativação de cartões Universo na rede de lojas Sonae.

22. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos outros resultados de exploração era o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Outros ganhos e rendimentos:		
Comparticipação na promoção do cartão	229.562	516.832
Outras participações	100.000	241.808
Outros	12.998	-
Outros gastos e perdas:		
Imposto selo	(89.792)	-
IVA	(1.969.435)	(1.758.184)
Outros	(2.765)	-
	(1.719.432)	(999.544)

O montante de 229.562 euros (516.832 euros em 2016) refere-se à participação da Mastercard e do BNP Paribas, Personal Finance, SA na promoção do Cartão Universo.

O montante registado na rubrica IVA corresponde ao imposto suportado no âmbito da atividade da sociedade que não é passível de dedução por aplicação do pró-rata.

23. GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Remunerações	1.805.082	1.011.653
Encargos sociais obrigatórios	295.138	207.106
Cedência de pessoal	7.182.761	6.804.068
Outros gastos com pessoal	41.181	62.603
	9.324.162	8.085.430

O valor registado em cedência de pessoal está relacionado com a utilização, no âmbito de cedência a tempo inteiro ou através de contrato pluriempregador, de colaboradores das empresas que exploram as insígnias Continente e Worten para suporte aos clientes Universo que suscitam apoio e informação junto destas lojas. Adicionalmente a estes, a

Sonae FS contratou junto da Sonae Center II, SA um conjunto de colaboradores que de forma recorrente prestam serviços especializados em áreas de DataScience à Sonae FS.

24. GASTOS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos gastos administrativos era o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Água, energia e combustíveis	15.515	11.497
Material de consumo corrente	4.483	2.835
Outros fornecimentos de terceiros	5.462	6.473
Rendas e alugueres	48.374	34.719
Comunicação	875.565	563.828
Deslocações, estadas e representação	66.958	44.087
Publicidade	1.570.198	553.475
Conservação e reparação	11.472	8.875
Seguros	26.337	798
Serviços especializados	590.628	287.207
Outros serviços de terceiros:		
Produção extratos	261.349	77.852
Tratamento correio	10.990	14.896
Reenvio cartas adesão	-	53.460
Serviços partilhados	1.744.823	691.003
Outros	-	(300.184)
	5.232.154	2.050.821

Na rubrica de comunicação estão incluídos serviços postais prestados pelos CTT.

Do montante de 1.570.198 euros (553.475 euros em 2016) registados na rubrica de publicidade, 229.562 euros (392.479 euros em 2016) foram faturados à Mastercard e ao BNP Paribas, Personal Finance, SA no âmbito de acordo comercial para promoção do Universo junto de clientes (nota 22). Esta rubrica inclui ainda serviços efetuados com a promoção, divulgação e angariação de clientes do Cartão Universo, tais como atribuição de vouchers a novas adesões e campanhas publicitárias direcionadas para a angariação de clientes, incorporando também as retribuições pagas a agentes da SFS no âmbito da colocação do Universo junto de novos clientes.

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica serviços partilhados inclui o montante de 882.561 euros (691.003 euros em 2016) referente a serviços partilhados, corporativos e de suporte à gestão e o montante de 862.262 euros referente a serviços prestados no âmbito de sistemas de informação, prestados por entidade relacionada.

25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2017 e 2016 são detalhados como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Imposto corrente	(22.505)	(5.809)
Imposto diferido	9.486	930.442
	(13.019)	924.633

A reconciliação do resultado antes de impostos com o imposto do exercício em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Resultado antes de imposto	(2.662.130)	(4.409.960)
Prejuízos fiscais que não deram origem a impostos diferidos	2.854.535	-
	192.405	(4.409.960)
Taxa aplicável	21%	21%
	40.405	(926.092)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos:		
Pagamento baseado em ações	(9.486)	-
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	6.406	-
Benefícios fiscais:		
Criação líquida de emprego	(9.327)	(4.536)
Remuneração convencional do capital social	(19.110)	-
Outros	(691)	-
Outros	(11.277)	186
Tributação autónoma	16.099	5.809
Imposto do exercício	13.019	(924.633)

No exercício o Grupo deixou de efetuar o pagamento do valor dos prejuízos fiscais que foram gerados no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, como o fazia até ao presente exercício. Consequentemente, a empresa não procedeu ao registo do rendimento correspondente (nota 2.5).

26. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	(2.675.148)	(3.485.327)
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	(2.675.148)	(3.485.327)
Numero de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	4.744.932	4.200.000
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	4.744.932	4.200.000
Resultado por ação básico / diluído	(0,56)	(0,83)

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de março 2018. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

28. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2017 os honorários do Revisor Oficial de Contas foram de 8.500 euros por serviços de auditoria e 25.000 euros por outros serviços relacionados.

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

Ana Paula Vieira e Pinho

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Luís Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

Paulo Jorge Henriques Pereira

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae Financial Services, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 16.290.678 euros e um total de capital próprio de 5.217.381 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.675.149 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae Financial Services, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

A evolução das operações da Empresa e a recuperação dos seus ativos encontra-se dependente do cumprimento e sucesso do plano de negócios da Empresa bem como da manutenção do suporte financeiro do seu acionista e empresas relacionadas, conforme previsto no plano de negócios e descrito na Nota 3.2 do Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 29 de março de 2018


Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da Sonae Financial Services, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Sonae Financial Services, S.A. (a Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade de da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração do rendimento integral em base individual, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que inclui uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na seção "Ênfase" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 29 de março de 2018


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

© 2018. Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.